

## Municípios Verdes

O incentivo ao controle do desmatamento ilegal na Amazônia e ao desenvolvimento sustentável das cidades da região, realizado pelo Fundo Vale, impulsionaram a criação dos Programas Municípios Verdes (PA) e Municípios Sustentáveis (MT)



Quando o Fundo Vale foi criado, o Ministério do Meio Ambiente havia acabado de lançar a Lista dos municípios amazônicos prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. Desde a publicação do Decreto 6.321, de 2007, a responsabilidade por combater o desmatamento passou a ser dos municípios, e aqueles que estivessem na chamada “Lista dos municípios desmatadores” recebiam sanções, como a de ficarem proibidos de vender produtos e de receber crédito de instituições oficiais. Ou seja, cadeias produtivas locais passaram a ser responsabilizadas por desmatamentos ilegais.

Sob o guarda-chuva do programa Municípios Verdes, uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, com engajamento dos atores locais, conciliando gestão ambiental efetiva e economia de base sustentável, recebeu apoio para se tornar o propulsor de mudanças estruturais. Em Paragominas, no Pará, começaram a surgir bons resultados.



O projeto Pecuária Verde, testou um modelo de pecuária mais sustentável em Paragominas (PA)

## Da lista do desmatamento ao desenvolvimento sustentável

O município de Paragominas, com 100 mil habitantes, foi fundado em torno da rodovia Belém-Brasília. Cresceu a partir da expansão da pecuária, da indústria madeireira e da agricultura. Quando passou a figurar na lista do desmatamento, os embargos e restrições impostas geraram crise econômica e desemprego.

O ponto de virada começou com uma opção política de estabelecer o Pacto Pelo Desmatamento Zero, um consenso entre prefeitura, Câmara de Vereadores e mais de 50 entidades, entre empresas, sindicatos, associações de moradores e ONGs, tendo o Fundo Vale como um dos mediadores das parcerias estratégicas estabelecidas.

Inicialmente, a prefeitura de Paragominas passou a acompanhar o monitoramento do desmatamento ilegal por meio do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e financiado pelo Fundo Vale. Outro passo foi a conexão entre o Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas com a ONG The Nature Conservancy (TNC), também apoiada pelo Fundo Vale, para realizar o Castrado Ambiental Rural (CAR) em todo o território municipal. Foi elaborado ainda um plano de ação que contemplava campanhas ambientais, projetos de educação ambiental para crianças e adultos e uma atuação mais próxima a produtores rurais. Essa aproximação do Fundo Vale com o Pacto pelo Desmatamento Zero resultou no desenho e na implementação do Programa Município Verde em Paragominas.



Em um ano de projeto, o desmatamento caiu 90% e o número de propriedades rurais cadastradas chegou a 80% – hoje está acima dos 90%. As técnicas de pecuária verde e agricultura de baixo carbono implementadas à época continuam ativas. Em três anos, Paragominas saiu da “Lista de municípios desmatadores” e virou referência nacional.

## O que é um município verde?

Para o Fundo Vale, município verde é aquele que estabelece um planejamento integrado para o desenvolvimento coletivo sustentável. Os projetos apoiados pelo Fundo Vale partiram das demandas identificadas pela própria comunidade e as ações foram executadas em conjunto com governos, ONGs, empresas e sociedade civil, ambos visando escalabilidade e sustentabilidade no longo prazo.

A atuação do Fundo Vale em Paragominas concretizou-se por meio do apoio aos projetos:

- “Amazônia Sustentável: Monitoramento da Amazônia, Apoio à Consolidação das Unidades de Conservação Estaduais da Calha Norte do Pará e à Iniciativa Paragominas Município Verde”, do Imazon
- “Municípios Verdes na Amazônia: o Cadastro Ambiental Rural como suporte à governança e o controle do desmatamento em Altamira, Novo Progresso, Paragominas e São Félix do Xingu”, da TNC.
- “Pecuária Verde”, construção de um modelo de agropecuária de menor impacto ambiental, iniciado em 2011 a partir do engajamento do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas (SPRP).



Cotriguaçu, no Mato Grosso, foi outra cidade envolvida na agenda de Municípios Verdes, por meio de parceria com o ICV – Instituto Centro de Vida.



## Ampliando o impacto

O exemplo de Paragominas modelou o Programa Municípios Verdes (PMV) no Estado do Pará. O Fundo Vale apoiou diretamente sua estruturação, que depois tornou-se uma política pública. Hoje, 132 dos 144 municípios do Estado integram voluntariamente o PMV. Os progressos são acompanhados pelo Comitê Gestor formado por diversas instituições, entre as quais o Fundo Vale.

Os recursos do Fundo Vale permitiram que pesquisadores de universidade, organizações sociais, produtores e empreendedores locais, coordenados com o poder público, trabalhassem de forma colaborativa para estabelecer um modelo econômico capaz de gerar renda e desenvolvimento local sem desmatamento. Além disso, em regiões mais florestadas, como a Calha Norte do Pará (norte do Estado), os municípios envolvidos no programa recebiam suporte dos parceiros para melhoria de gestão das áreas protegidas, seja pela atualização de planos de manejo, fortalecimento do envolvimento da comunidade local, educação ambiental ou estímulo à produção sustentável.

Em 2011, o apoio do Fundo Vale para iniciativas de Municípios Verdes já abrangia o Pará (Almeirim, Novo Progresso, Paragominas, São Félix do Xingu,) Amazonas (Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Novo Aripuanã) e Mato Grosso (Cotriguaçu). O número de municípios foi ampliado para outras regiões, chegando a mais de 50 cidades.

### Parceiros na expansão do programa Municípios Verdes do Fundo Vale:

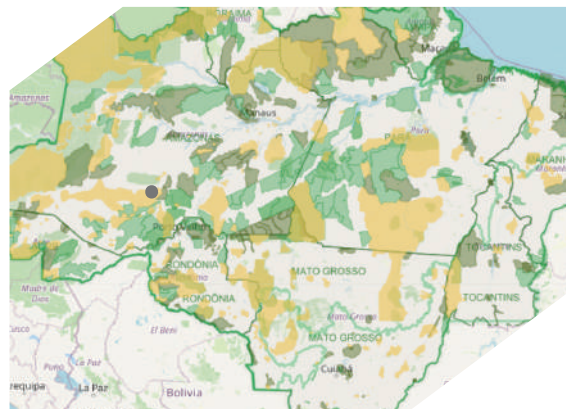
- Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- TNC - The Nature Conservancy
- Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
- Idesam – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
- IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil
- ICV - Instituto Centro da Vida
- IFT – Instituto Floresta Tropical
- Instituto Peabiru

## Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis

No Mato Grosso, a mobilização de municípios e organizações da sociedade pela promoção da sustentabilidade com o apoio do Fundo Vale levou à construção de uma agenda de diálogo e cooperação marcada pela criação do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMS) em 2015 e, desde então, o Fundo Vale também tem assento no Comitê Gestor. Hoje, o PMS conta com a adesão, também voluntária, de 59 municípios.

## Inteligência Artificial para prevenção e controle do desmatamento da Amazônia

O acesso à tecnologia foi um diferencial na implantação e manutenção do Programa Municípios Verdes. O apoio ao Imazon no aprimoramento do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) no bioma amazônico contribuiu para que os dados apoiassem a saída de muitos municípios da Lista do Desmatamento. Boletins de Alerta de desmatamento são enviados até hoje para gestores e órgãos públicos de forma a subsidiar a ação de comando e controle.



Em 2020, o Fundo Vale, está renovando seu apoio ao Imazon para criar uma ferramenta com uso de Inteligência Artificial para prevenção e controle do desmatamento da Amazônia, em parceria com a Microsoft. O objetivo é antecipar informações de regiões com maior risco de desmatamento para implementar ações preventivas. A ferramenta analisará dados como mudanças no relevo, na cobertura do solo, nas cidades, construção de estradas legais e não oficiais, bem como informações socioeconômicas, para identificar possíveis tendências de mudanças no uso do solo.

**“O modelo de risco de desmatamento e queimadas permitirá a previsão de desmatamento futuro no curto prazo, ou seja, nos próximos seis meses. Não queremos que os nossos modelos de risco acertem na previsão, e sim que o desmatamento e as queimadas sejam evitados”**

**Carlos Souza Jr.**

**Pesquisador associado do Imazon e coordenador do projeto**

Os dados poderão ser usados por órgãos públicos para ações preventivas de combate e controle, e pelo setor financeiro e o agronegócio, a fim de mitigar riscos de investimentos e transações de mercado associadas ao desmatamento ilegal. A previsão é que a tecnologia esteja disponível na próxima estação seca da Amazônia, até julho de 2021.